

**CEDI**

**Povos Indígenas no Brasil**

Class.: \_\_\_\_\_

**Municipalização preserva a Ilha**

O governador do Tocantins, Siqueira Campos, pretende reestruturar a Comissão de Criação do Município Ecológico da Ilha do Bananal, depois que encaminhar as obras de construção da capital definitiva do novo Estado e retomar as conversações com as lideranças indígenas que vivem na região. Segundo sua Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom), Siqueira continua disposto a levar adiante a idéia, e está convencido de que seria a melhor forma de assegurar a preservação da Ilha, inclusive facilitando a administração do problema de ocupação ilegal da área, por parte de grileiros e posseiros. Os índios, no entanto, consideram o assunto encerrado, mesmo porque já manifestaram sua posição contrária e definitiva em reunião realizada recentemente em Miracema do Tocantins, com representantes do Governo.

“Isso não passa de um golpe branco. Para nós, o assunto morreu no dia da reunião”, afirmou o superintendente de Assuntos Indígenas da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Goiás, Idjarruri Karajá. Ontem mesmo o índio manteve contato com o vice-cacique da Aldeia de Santa Isabel do Morro, da Ilha do Bananal, e confirmou que a disposição das tribos é de não aceitar novas discussões sobre a proposta. Na opinião de Idjarruri, a insistên-

cia do Governo do Tocantins na municipalização trata-se de uma “estratégia para garantir a permanência de grandes fazendeiros no local”, cuja situação deverá se complicar agora com os direitos indígenas garantidos pela Constituição Federal. A informação do Governo do Tocantins de que as próprias lideranças Karajá estariam dispostas a um novo encontro é desmentida pelo Superintendente, para quem “estão querendo colocar em dúvida a seriedade dos índios”.

A intenção de Siqueira Campos é de detalhar o projeto para os Karajá, Javaé e Tapirapé que vivem na Ilha do Bananal, tentando convencê-los de que a municipalização lhes será benéfica. Segundo a Secretaria de Comunicação do novo Estado, somente depois de um entendimento é que o Governador deverá retomar as negociações com a esfera federal, já que as terras pertencem à União, e reestruturar a Comissão de Criação do Município Ecológico, com a participação de indigenistas, ecólogos, antropólogos, naturalistas e índios. A execução do projeto, assegura Siqueira Campos, só acontecerá se houver aceitação das comunidades, que julgam a idéia como um passo a mais para o extermínio dos novos indígenas e das riquezas naturais da Ilha.

O Popular  
21/05/89

**Javaé expulsa os rebanhos**

A Associação das Tribos Indígenas Javaé anunciou que a partir deste ano não mais permitirá a ocupação indiscriminada da Ilha do Bananal por parte de fazendeiros das áreas próximas, dos Estados de Goiás e Tocantins, que possibilita o uso dos pastos da ilha para rebanhos bovinos na época da seca. Conforme Karnascocia Werehararika, presidente da entidade dos Javaé - que convivem no local também com índios Karajá, Karajá-Tapirapé e Tapirapé - os fazendeiros vizinhos já estão sendo comunicados sobre essa decisão, apoiada por inteiro pelas outras tribos da Ilha do Bananal, com 1 milhão 395 mil hectares divididos entre o Parque Nacional do Araguaia e o Parque Indígena do Araguaia.

Karnascocia Werehararika seguiu dias atrás para a ilha com o objetivo de acertar com todos os caciques uma estratégia para que, mesmo nos postos da reserva onde hajam fiscais, os indígenas não permitam a entrada do gado, que costuma utilizar as pastagens do final de maio ao final de novembro. Além disso, a Associação das Tribos Indígenas Javaé está movendo um inquérito contra a Funai onde exige explicações sobre as explicações de toda a ordem

praticadas no local, não apenas pelos fazendeiros e seus gados, como também pelos posseiros que ocupam ilegalmente a reserva indígena da Ilha do Bananal.

**POSSEIROS**

Quanto aos posseiros, a Funai realizou um levantamento de campo para constatar o número exato deles, cuja maioria provoca degradações no meio ambiente local. O levantamento preliminar constatou cerca de 2 mil posseiros na área e a presença de grandes latifúndios, que os enriquecem ilícitamente. Apenas na aldeia São João, subordinada ao posto indígena Canoanã, da tribo Javaé, são 40 os invasores.

Para Karnascocia Werehararika, os índios não podem continuar admitindo a ocupação indiscriminada da ilha, sem nenhum controle sanitário dos rebanhos, o que tem causado, inclusive, a propagação da febre aftosa nos Estados de Goiás e Tocantins e trazido prejuízos às comunidades indígenas. De acordo com ele, a ausência de controle das ocupações, que nada rendem aos índios, acaba enriquecendo ainda mais os fazendeiros que utilizam as pastagens naturais da ilha, em detrimento dos direitos a uma justa retribuição por parte dos índios.